



## ENTRE PRÁTICAS EDUCATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA TRAVESSIA ENTRE O CENTRO CULTURAL TCU E A DISCIPLINA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Vitória Giacomo<sup>1</sup>  
Mônica Serafim Cardoso<sup>2</sup>  
Carla Cristie de França Silva<sup>3</sup>

### RESUMO

Este relato descreve uma experiência pedagógica de caráter inovador desenvolvida na disciplina Organização da Educação brasileira (OEB) realizada na Faculdade de Educação, voltada à formação de licenciandos da Universidade de Brasília (UnB). A proposta buscou promover uma compreensão crítica sobre o funcionamento da educação nacional, com ênfase na análise do Sistema Nacional de Educação (SNE), previsto na Constituição Federal de 1988, mas ainda não plenamente implementado. A atividade permitiu discutir os principais desafios históricos da organização dos sistemas educacionais brasileiros, os marcos legais que os estruturam e as responsabilidades dos entes federativos, especialmente no que tange ao financiamento da educação pública. A metodologia adotada foi a pesquisa-ação a partir de uma visita técnica ao Centro Cultural do Tribunal de Contas da União (CCTCU, em Brasília). A experiência destacou o papel das instituições de controle externo na fiscalização e promoção de boas práticas na gestão educacional, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade reflexiva dos licenciandos. Os resultados apontam que vivências como essa fortalecem a formação de professores-gestores, ao estimular a compreensão do cenário educacional brasileiro e a atuação ética e propositiva na construção de uma escola pública democrática e inclusiva.

**Palavras-chave:** Sistema Nacional de Educação. Formação docente. Gestão educacional. Políticas públicas. Tribunal de Contas da União.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Artes - UnB, [autorprincipal@email.com](mailto:autorprincipal@email.com);

<sup>2</sup> Doutoranda pela Faculdade de Educação - UnB, [monicaapserafimcardoso@gmail.com](mailto:monicaapserafimcardoso@gmail.com);

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia - UCB, [carlacristie@gmail.com](mailto:carlacristie@gmail.com).





## INTRODUÇÃO

A educação brasileira é marcada por desafios históricos relacionados à gestão democrática, ao financiamento e à qualidade das políticas públicas. Nesse contexto, compreender o papel dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), torna-se fundamental para a formação de professores comprometidos com o exercício da cidadania e a transparência na administração pública.

A disciplina Organização da Educação Brasileira (OEB), ofertada pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), busca promover o estudo e o debate sobre a estrutura e organização da educação nacional, com ênfase em seus fundamentos sócio-histórico legais, com o objetivo de capacitar o estudante a compreender os sistemas de ensino e refletir criticamente sobre as políticas educacionais, potencializando a compreensão de conceitos básicos necessários ao exercício da cidadania e à prática docente.

A visita técnica ao Centro Cultural TCU (CCTCU) surgiu como uma atividade integrada ao plano de curso da disciplina, visando aproximar os universitários da atuação do TCU e proporcionar um espaço de aprendizagem prática sobre políticas públicas de educação. O encontro foi planejado para familiarizar os licenciandos com o papel fiscalizador do Tribunal, destacando sua contribuição para a efetividade das políticas educacionais como imperioso ator no controle social sobre o uso dos recursos públicos.

Essa iniciativa reforça a importância de experiências formativas que extrapolam o espaço da sala de aula e ampliam o horizonte da prática pedagógica, ao conectar os estudantes com instituições que integram o sistema democrático brasileiro. O diálogo entre teoria e prática proporcionado por essa visita técnica, permitiu compreender de forma mais concreta as dimensões da gestão pública, do controle social e da responsabilidade coletiva na implementação das políticas educacionais. Trata-se, portanto, de uma oportunidade de vivenciar a educação como prática social e política, aproximando os licenciandos das dinâmicas reais que sustentam a formulação e o acompanhamento das políticas públicas.





Além de favorecer o protagonismo estudantil e o aprendizado ativo, a proposta auxiliou no fortalecimento de uma visão crítica e reflexiva sobre o papel da educação na sociedade contemporânea. As atividades interativas estabelecidas em parceria com o Centro Cultural do TCU, possibilitaram que os participantes percebessem a relevância da fiscalização e da transparência na garantia do direito à educação, entendendo o controle externo não apenas como instrumento técnico, mas como dimensão ética e cidadã. Assim, o relato aqui apresentado busca evidenciar como as práticas educacionais interinstitucionais dialogadas podem contribuir com uma formação docente na perspectiva crítica, comprometidas e socialmente engajadas com as transformações sociais para o exercício da cidadania.

## METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-reflexivo, configurando-se como um relato de experiência vivenciado no contexto do estágio supervisionado no Programa Educativo do Centro Cultural do Tribunal de Contas da União (CCTCU). A metodologia adotada foi a pesquisa-ação, a partir de uma visita técnica ao Centro Cultural do Tribunal de Contas da União (CCTCU), em Brasília, cujo propósito foi articular teoria e prática no processo formativo de licenciandos da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).

A coleta de informações ocorreu por meio da observação da participante, do registro das atividades e das reflexões acerca do processo formativo vivenciado. A visita foi estruturada em três momentos: (1) diálogo com servidor(a) do TCU, que apresentou casos e experiências de fiscalização envolvendo políticas educacionais; (2) momento dialógico coletivo; e (3) oficina do jogo *Cidades Possíveis*, uma dinâmica interativa em que os grupos construíram coletivamente uma cidade ideal, debatendo temas como sustentabilidade, acessibilidade, justiça social e gestão pública.





A proposta pedagógica seguiu princípios da aprendizagem ativa, favorecendo o protagonismo dos estudantes e o vínculo entre teoria e prática. O uso de instrumentos lúdicos, como o jogo, possibilitou observar o comportamento dos participantes e as relações entre cidadania, planejamento urbano e políticas públicas educacionais, fortalecendo a compreensão acerca dos desafios contemporâneos acerca da educação brasileira.

A análise das experiências foi realizada de forma contínua e reflexiva, valorizando o diálogo entre os sujeitos envolvidos e as situações vivenciadas durante a visita técnica. Essa proposta metodológica buscou compreender como as interações, as narrativas e as percepções dos participantes contribuíram para a construção coletiva do conhecimento. Assim, o relato assume não apenas um caráter descritivo, mas também formativo, ao evidenciar o potencial da pesquisa-ação como instrumento de transformação das práticas pedagógicas e de fortalecimento da autonomia intelectual dos futuros educadores.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que orienta este relato baseia-se na concepção de educação como prática social e política (FREIRE, 1996), compreendendo que o ato educativo é indissociável das relações entre Estado, sociedade e cultura. A disciplina Organização da Educação Brasileira (OEB) ancora-se em fundamentos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), que estabelecem os princípios de gestão democrática, equidade e controle social das políticas educacionais.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas da União (TCU) destaca-se como ator essencial na garantia da transparência e da efetividade das políticas públicas educacionais, ao fiscalizar a aplicação dos recursos, o cumprimento das metas e dos programas vinculados ao direito à educação, assim como monitorar recursos. Sua atuação amplia a compreensão de que a política educacional não se limita à elaboração normativa, mas envolve também mecanismos





de avaliação, regulação e controle social (BRASIL, 2020).

De acordo com Gatti (2019), a formação docente deve articular do conhecimento técnico à reflexão crítica, sobre o funcionamento do Estado e suas políticas públicas, permitindo que o futuro educador compreenda o papel da educação na transformação social e no fortalecimento da democracia. Nesse sentido, as experiências que promovem o diálogo entre universidade e instituições públicas de controle, como o TCU, favorecem uma formação para o exercício da cidadania, com o viés politicamente engajado.

Sechi (2021) argumenta que o campo das políticas públicas exige uma leitura interdisciplinar, em que os diferentes atores – gestores, educadores, órgãos de controle e sociedade civil – assumem a co-responsabilidade pela implementação e avaliação das ações estatais. Assim, compreender a função do TCU como parte da engrenagem institucional que sustenta o sistema educacional brasileiro, é também reconhecer o percurso, a importância das articulações entre teoria, prática e suas repercussões nas dimensões sociais, pedagógicas e éticas da gestão educacional.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A imersão na experiência proposta no CCTCU possibilitou a compreensão ampliada da função do TCU como agente fiscalizador e educativo, especialmente no campo das políticas públicas de educação. O diálogo e a interação com os servidores do tribunal de contas, possibilitou a percepção de que o órgão não apenas audita contas, mas também atua na orientação e no aprimoramento das práticas de gestão, buscando garantir eficácia, eficiência e equidade no uso dos recursos públicos e educacionais.

A participação no jogo *Cidades Possíveis* provocou o diálogo repercutindo em iniciativas colaborativas, na negociação e reavaliação de prioridades, no pensamento reflexivo-crítico acerca dos impactos das decisões públicas. As discussões evidenciaram o potencial da ludicidade como estratégia para promover aprendizagens significativas e





contextualizadas, aproximando a teoria das práticas concretas de cidadania e gestão social.

Cabe ressaltar que, a presença de estudantes do Vestibular 60+ na disciplina, contribuiu para o diálogo intergeracional, marcado pelo compartilhamento de memórias, pelo relato de experiências e interpretações acerca de diferentes contextos, períodos e impactos das políticas educacionais brasileiras. Essa convivência, somada à participação de licenciandos de diferentes cursos, tais como: Pedagogia, Matemática, Música, Geografia, Psicologia, Letras, Física, Química, Artes, Computação, entre outros, ampliou significativamente o repertório de discussão acerca da educação. A diversidade etária e formativa característica da turma, possibilitou o confronto de diferentes olhares e percepções sobre o papel da escola e do Estado, possibilitando reflexões, indagações, debates críticos acerca dos respectivos contextos históricos, tensões entre projetos públicos e neoliberais que comprometem e delimitam a organização dos sistemas de ensino no Brasil.

A educação brasileira tem sido historicamente atravessada por tensões que refletem as disputas ideológicas, econômicas e sociais que moldam a organização dos sistemas de ensino. O papel do Estado, nesse contexto, torna-se central para garantir o direito à educação como bem público, universal e de qualidade, conforme previsto na Constituição Federal.

A análise dos relatos e ações dos participantes evidenciaram que a aproximação com instituições públicas como o TCU contribuem com a elaboração de uma visão mais sistêmica da educação, ao revelar as conexões entre gestão, controle social e políticas educacionais. Esse contato direto favoreceu a compreensão de que a qualidade da educação não depende apenas de práticas pedagógicas eficazes, mas também de políticas públicas transparentes e bem geridas, nas quais a atuação dos órgãos de controle exercem um papel estruturante.

Além disso, a experiência realizada em parceria com o CCTCU reforçou a importância de metodologias formativas que integrem experiências externas ao currículo universitário, permitindo ao estudante vivenciar, os princípios da educação democrática para o exercício da cidadania. A atividade mostrou-se um espaço potente de aprendizagem coletiva, despertando nos licenciandos o senso de corresponsabilidade social e o entendimento de que a docência







envolve também a capacidade de interpretar, questionar e transformar as estruturas que sustentam o sistema educacional brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato evidencia que as experiências formativas que extrapolam os espaços tradicionais da universidade são fundamentais para consolidar o olhar e a formação docente crítica, sensível e socialmente comprometida. A visita ao CCTCU revelou-se como uma oportunidade de articular teoria e prática, proporcionando aos estudantes uma visão concreta sobre a importância da fiscalização, da transparência e da participação social na educação.

A integração entre a disciplina Organização da Educação Brasileira (OeB) e o Centro Cultural do TCU representa uma promissora experiência formativa que ultrapassa a aprendizagem de conteúdos, configurando-se como um exercício de cidadania e reflexão ética sobre o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Além de aproximar os licenciandos das políticas públicas educacionais e de sua estrutura institucional, a experiência destacou o potencial das metodologias ativas como instrumentos de engajamento e construção coletiva do conhecimento. Ao participar do jogo Cidades Possíveis, os estudantes não apenas refletiram sobre os desafios da gestão educacional e urbana, mas também vivenciaram processos de tomada de decisão, negociação e responsabilidade social, dimensões essenciais à prática docente na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, a parceria realizada entre universidade e órgãos públicos, como o TCU, reafirma a importância de ações pedagógicas mais dinâmicas e dialógicas, capazes de integrar diferentes saberes, contextos e práticas sociais. A vivência relatada fortalece o compromisso social da universidade, de provocar reflexões acerca de uma crescente influência de interesses privados na formulação de políticas educacionais, na gestão de escolas e na produção de materiais didáticos, o que levanta questionamentos sobre a mercantilização da educação.





A formação docente na perspectiva democrática, fundamentada em aspectos éticos e na justiça social, reafirmam que educar é também um ato político voltado à transformação da realidade e na defesa de uma escola pública de qualidade e para todos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço às professoras Mônica Aparecida Serafim Cardoso e Carla Cristie de França Silva, entusiastas e incentivadoras de práticas inovadoras no ensino superior, priorizando ações pedagógicas reflexivas e transformadoras, comprometidas com o processo formativo fundamentado na *práxis*. Tal experiência pautada nas metodologias ativas, possibilitou transformações relevantes, instigantes e colaborativas, favorecendo o protagonismo discente e a reflexão crítica acerca da realidade educacional.

Agradeço, ainda, ao Programa Educativo do Centro Cultural do Tribunal de Contas da União (CCTCU) pela acolhida generosa, pelas parcerias estabelecidas e pelas valiosas mentorias; à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), pelo incentivo contínuo à formação docente crítica, ética, democrática e cidadã; e ao Departamento de Artes Visuais da UnB, pelas oportunidades de estudo e aprofundamento em áreas sensíveis do saber e do existir, por meio de dinâmicas e metodologias interdisciplinares aplicadas a espaços museais e a tantos outros contextos fundamentais para o desenvolvimento crítico e criativo.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.







BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União: Educação e Políticas Públicas. Brasília: TCU, 2020. Disponível em: <https://www.tcu.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2025.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A. Formação de professores: políticas e práticas. Campinas: Autores Associados, 2019.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores: condições e problemas atuais. São Paulo: Cortez, 2019.

SECHI, Leonardo Secchi. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

